



JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANÁS, ESTADO DO TOCANTINS, vem justificar o procedimento de dispensa de licitação, para viabilizar a contratação do objeto **Contratação de pessoa jurídica especializada no ramo para aquisição de materiais esportivos, para atender demandas da Secretária Municipal do Esporte e Lazer na realização de apoio a eventos esportivos no Município de Ananás Tocantins, em consonância com a emenda parlamentar individual N° 00338/2024, transferência especial do Deputado Moisemar Marinho, na Modalidade Contribuições 3.3.40.41, destinado ao Município de Ananás TO conforme despacho N° 167/2024FEP-2024/26849/00362.** O art. 75 da Lei nº 14.133/2021 dispõe sobre a viabilidade da dispensa de licitação, em razão do atendimento das finalidades precípua da administração pública. Ressalta-se, que, no entanto, a contratação direta não significa o descumprimento dos princípios intrínsecos que orientam a atuação administrativa, pois o gestor público está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, com intuito de assegurar a prevalência dos princípios jurídicos explícitos constantes no Texto Constitucional.

Uma vez que a licitação dispensável ocorre quando é possível realizar a licitação, mas o Legislador retira essa obrigatoriedade. Assim, a autoridade pública terá discricionariedade para escolher entre licitar ou não licitar. Neste caso a opção é por não licitar, estabelecendo a contratação direta. São situações em que é possível licitar, mas o legislador, por variados e específicos motivos, dispensou o gestor desse dever.

Posto isto. Extrai-se para a presente Dispensa de Licitação tendo como fundamento o Art.75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assim dispõe o Art.75, II, da Lei nº 14.133/2021:

Art.75. É dispensável a licitação:

II – Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras; [...], de acordo com o Decreto 11.871 de 29 de dezembro de 2023, seu inciso II do caput do art. 75 da Lei federal 14.133 de 01º de abril de 2021, no caso de outros serviços e compras;

A justificativa da faculdade da dispensa de licitação para este caso reside no fato de ser a simplicidade do objeto e de seu valor. Visto que o administrador público deve observar sempre, os limites estabelecidos pelo inciso, para suas aquisições e contratações de serviços, para que não infrinja o Estatuto Licitatório e utilize a dispensa em lugar de uma das modalidades de licitação.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANÁS
CNPJ: 00.237.362/0001-09
www.ananas.to.gov.br




Desse modo, o caso de dispensa de licitação em razão da necessidade e a ordem da autoridade competente, que seja feito com o máximo de urgência os procedimentos legais para a realizar o objeto supracitado.


Sob as formalidades preeminente envolvidas no processo, promover a dispensa de licitação é o recurso disponível neste momento e com suporte orçamentário para atendimento do objeto, pois constatamos que Administração Municipal tem disponibilidade financeira suficiente para atender e adquirir em sua totalidade o objeto em questão, entendemos ser oportuno atender a resolução e providenciar a contratação neste momento.

Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de ANANÁS/TO, AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2024.


MILKA FERNANDES SILVA BORGES
Agente de Contratação


WIVI RIBEIRO PINTO
Agente de apoio


CLEUDIRENE DA SILVA ARAUJO
Agente de apoio


ANA CAROLINE PEREIRA DE SOUSA
Agente de Apoio